

() Graduação (X) Pós-Graduação

REDES EM REDES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Fabiula da Silva
UNIDERP
fabiuila.silva@ufms.br

Luis Mauro Neder Meneghelli
UNIDERP
luis.mmeneghelli@anhanguera.com

Bruno Mazer Garcia
UFMS
bruno.garcia@ufms.br

Mirian Batista de Oliveira Bortoluzzi
UFMS
mirian_bortoluzzi@ufms.br

Eduardo de Castro Ferreira
UNIDERP
eduardod.ferreira@kroton.com.br
FIOCRUZ
eduardo.ferreira@fiocruz.br

RESUMO

Na luta por direitos de classe com maior participação política e cultural, com objetivo de empoderamento e visibilidade de terem seus direitos garantidos, surgem os movimentos sociais no Brasil, a partir da década de 60. Por meio de ações de resistência e reivindicações que se desenvolveram no coração de sistemas sociais altamente excludentes, com profundas desigualdades sociais e com práticas discriminatórias em relação a uma parcela considerável de seus habitantes, os movimentos sociais se reúnem em redes para garantirem sua subsistência. Dentre inúmeros movimentos nos atemos especificamente neste trabalho, ao coletivo de catadores de resíduos sólidos (lixo), que buscam ressignificar os descartes de outrem, contribuindo não só nas questões ambientais, mas na busca de sua própria identidade, enquanto atores imprescindíveis na sociedade contemporânea. Por meio da análise do Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil no ano de 2021, podemos identificar o volume de descarte produzido anualmente por habitante, e a necessidade de refletirmos para onde o consumismo desenfreado irá nos levar.

Palavras-chave: Redes; Movimentos Sociais; Catadores; RSU; Meio Ambiente.

1 INTRODUÇÃO

Considerarmos as forças simbólicas que compõem a sociedade contemporânea, vemos o agrupamento em redes ou teias de redes que se formam não apenas na ordem econômica, mas sim em diferentes movimentos sociais. A tecnologia da informação e os meios de comunicação de massa, contribuíram para a organização da sociedade civil por meio de ações coletivas que ainda derivam da busca por direitos de classe com maior participação política e de empoderamento.

Superando visões estruturalistas de mudança social, as relações de poder passam pela ação de novos sujeitos populares ou atores sociais mais difusos do que o que sugere a noção de classes sociais. A luta por direitos, mudanças políticas e culturais ficou conhecida como movimento popular ou social, no qual inserem-se grupos de mulheres, ecologistas, comunidades locais, grupos de jovens, sindicalistas, lutadores por terra e moradia, defensores dos direitos humanos, entre outros.

Assim sendo, o agrupamento de diversas redes, sejam elas conectadas por associativismo localizado em ONG's ou associações locais, ou por setores como grupos feministas, ambientalistas, ou de movimentos sociais de bases locais, como associação de bairro e sem-terra; estão unidos por se identificarem na semelhança de identidade social ou política com o objetivo de ganharem notoriedade e serem propulsores de reivindicações para implementação de políticas públicas para benefício de toda a sociedade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Redes em Redes e os Movimentos Sociais

Ao falarmos em Redes de Movimentos Sociais, devemos substituir a “unicidade” pela pluralidade, partindo do local para o global, do micro para o macro, buscando o fortalecimento das diversidades, por meio de ações coletivas segundo Scherer-Warren (1993). As ações coletivas na América Latina na década de 1970 foram pouco consideradas, levando as análises apenas nas transformações advindas do Estado e não nas causas do que de fato as desencadearam:

Portanto, menos atenção foi dada para as pesquisas sobre as organizações da sociedade civil (isto é, ações coletivas ou grupos específicos) ou sobre o significado de suas ações, conflitos ou resistências. Mesmo porque pouco significado poderia ser atribuído a este tipo de ação para o entendimento de uma possível mudança, concebida como diacrônica, macroestrutural, evolucionista (mudança de modo de produção) e positivamente progressista (do arcaico para o moderno) (SCHERER-WARREN, 1993, p. 15).

Scherer-Warren (2006) divide a sociedade civil entre Estado, Mercado e Sociedade, logrando assim compreender a organização dos movimentos sociais perante as influências da rede. E, mesmo sabendo da heterogeneidade de grupos e classes que formam essa sociedade, Scherer-Warren (2006) afirma de forma incisiva que “é importante enfatizar, portanto, que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110). Mesmo assim não deixa de se organizar de forma a representar diferentes níveis de interesses e valores para a conquista de melhores políticas públicas e sociais que atendam seus interesses.

Nessa organização, o associativismo local ou comunitário é uma das primeiras manifestações que surge para unir grupos de pessoas, somando forças para assuntos relacionados às causas cotidianas, sociais ou culturais.

Outro agrupamento em redes está nas articulações interorganizacionais, que por grande contribuição do uso da Internet tornou possível conectar associações nacionais de ONGs, redes de redes e fóruns com o objetivo de empoderamento da sociedade civil, fazendo a interlocução com o Estado, buscando por meio da identificação dos sujeitos coletivos e seus valores de maneira contínua, num processo de construção da permanência de suas identidades, sejam elas étnicas ou de classes, visando a manutenção de conquistas sociais defendidas pelos movimentos:

Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de *rede de movimento social* é, portanto, um conceito de referência que busca aprender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Muitas ações de diversos movimentos somam-se às redes interorganizacionais com pautas diversas que passam de reivindicações locais e regionais para nacionais e

transnacionais, à medida que vão ganhando notoriedade por oportunidades que surgem em fóruns transnacionais, estimulando o fortalecimento e o crescimento de outras redes, como foi o caso da Marcha Mundial de Mulheres e a Via Campesina.

As redes de movimentos sociais carregam consigo uma transversalidade na busca por diversos direitos humanos dos quais inúmeros deles não são respeitados. Formam então redes de movimentos com identidades plurais na luta contra a violência e a exclusão dos direitos, sejam eles civis, políticos, ambientais, de minorias, culturais e sociais, como podemos confirmar no trecho a seguir:

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações -, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (SCHERER-WARREN, 2006. p. 116).

Seja no Estado ou dentro dos movimentos sociais, as estruturas de poder, no sentido de hierarquia, encontram-se presentes até mesmo por uma questão de organização das lutas. Para Scherer-Warren (2006) as lideranças, os mediadores, representam apenas um elo mais forte com o objetivo de empoderar as redes de movimento com inclusão das bases, respeitando o pluralismo das ideias e as diversidades dos sujeitos.

É o que se verifica, por exemplo, entre os assentados que lutam pela terra, que, de acordo com Torres (2016) só conseguem lotes por estarem vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) ou ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), porque sem essa participação jamais conseguiriam um “pedaço de terra”.

Também vai ao encontro que a união de trabalhadores se fez necessária, pelas descrições de Medeiros (2012), sobre o latifúndio na formação social brasileira. E que a partir da década de 1940 grupos resistentes a este sistema começaram a somar forças:

É contra essa figura que se voltaram as organizações que falavam em nome dos trabalhadores do campo (associações de lavradores, Ligas Camponesas e, já no início dos anos 1960, sindicatos), propondo a Reforma Agrária, uma legislação trabalhista e a regulamentação das formas de acesso temporário às terras, como é o caso da parceria e do arrendamento (MEDEIROS, 2012, p. 448).

Inúmeros são os espaços de empoderamento que as organizações de base constroem e nelas se fortalecem, sendo de extrema importância nas lutas de classes em redes como tantos outros movimentos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Catadores de Lixo, Movimento Indígena, Movimento Negro, Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Parada do Orgulho Gay, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento Nacional, Quilombola, Via Campesina, Fórum Social Mundial, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum Brasil do Orçamento, Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que buscam incansavelmente serem ouvidos e garantir que seus direitos sejam respeitados.

Dentro desses espaços os movimentos sociais buscam preparar novos sujeitos para atuarem sob novas formas de governança, por meio das mobilizações de bases locais e para a inserção nas esferas públicas. Tem-se o objetivo de construir redes dentro da sociedade civil para capacitar os atores e fazê-los atuarem em conselhos e fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais por meio de redes de redes, na busca pelo empoderamento e por democratização com real aplicabilidade dos direitos humanos individuais e coletivos reivindicados pelos movimentos sociais de classes em oposição aos interesses econômicos e capitalistas.

A rede do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

Dentre os diversos movimentos sociais, nos atemos aqui sobre o coletivo dos Catadores de Resíduos Recicláveis. Atores emergentes que lutam contra a exclusão buscando reconhecimento da importância da força de trabalho por eles exercida na sustentabilidade ambiental.

Surge então em novembro de 1999, na cidade de Belo Horizonte, MG, o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua. Durante este encontro decidiu-se pela realização do 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, que foi realizado em junho de 2001, em Brasília –DF, que realizada no mesmo evento, promoveu a 1ª Marcha Nacional da População de Rua, ambos com o intuito de chamar a atenção das autoridades, para cobrarem políticas públicas que atendessem a necessidade do coletivo:

(...)1 - Em relação ao Poder Executivo:

1.1. Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2. Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3. Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4. Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5. Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6. Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 - Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 - Em vista da cidadania dos Moradores (as) de Rua

3.1 - Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 - Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o direito à cidade.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 - Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 - Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 - Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como "saúde da família" e similares, "saúde mental", DST/AIDS/HIV e outros, instituindo "casas-abrigo" para apoio dos que estão em tratamento. (...) (ANDRADE, 2004).

Destarte, há mais de 20 anos, surge então o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – o MNCR, que reúne cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade no Brasil, com forte presença feminina, representando 70% da força de trabalho de coleta de materiais recicláveis (MNCR, 2021).

Uma população que representa quase 4% de toda população brasileira, tratada em sua maioria de forma invisível ou anônima. Pessoas com condições precárias de trabalho, que não tem direitos mínimos garantidos, não possuindo acessos básicos trabalhistas como direito a férias, seguridade em acidentes, 13º salário, entre outros. Uma organização política emergente, que trabalham na informalidade, nas quais se mantem precárias as relações de trabalho frente ao capital.

São grupos de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, e que estão à margem da sociedade, vivendo muitas vezes na rua, em viadutos, em lixões. Lugar estes que passam a ser ambientes de disputa na luta pela sobrevivência. São levados através da exploração do trabalho em decorrência da lógica do desperdício.

(...) Os trabalhadores catadores que atuam nas ruas das cidades, conhecidos como “carrinheiros”, disputam o espaço com os automóveis, a passagem nas calçadas com os pedestres, que por vezes se sentem incomodados com esses “seres” mal-vestidos, de aparência física fragilizada, algumas vezes embriagados pelas condições socioeconômicas que lavam a vida, noutras vezes pela cachaça. São personagens vistos pelos que administram a cidade como causadores de prejuízos à “ordem” e à estética da paisagem urbana, mas que não causam nenhum problema ou constrangimento à moral e à ética construída pelas referências ideológicas sob as quais se encontra baseada a sociedade do capital. (...) (ANDRADE, 2004).

Mesmo com tantos dissabores, o trabalhador (a) catador(a), desempenham um papel fundamental na sustentabilidade ambiental, colaborando na reciclagem dos materiais descartados e conseqüentemente na redução dos impactos da sociedade do consumo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

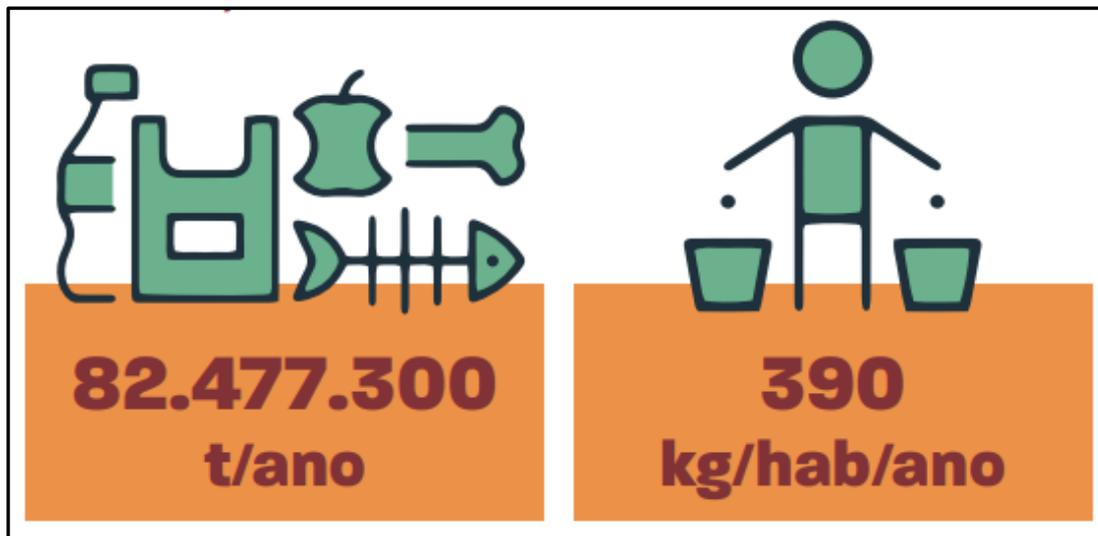
Na realização deste estudo, utilizou como método a abordagem quantitativa. Para isso, foi realizado um estudo exploratório, com base na coleta de dados secundários, acerca de informações sobre o setor de gestão de resíduos em um panorama geral. Como fontes dos dados, baseou-se principalmente em informações da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. (MNCR).

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Segundo dados do Panorama 2021 da ABRELPE, e levando em consideração que o ano de 2020 foi extremamente um ano atípico em vários setores, em decorrência da pandemia de COVID-19, no qual houve um deslocamento dos eixos de atividades humanas, migrando para dentro dos lares, quer seja o ensino (escola/universidade), o trabalho (escritório/home office), ou comércio (e commerce/delivery).

Com essas mudanças sobre os novos hábitos e comportamentos sociais a dinâmica na limpeza urbana também se modificou, uma vez que grande parte do descarte dos resíduos sólidos urbanos (RSU) estavam concentrados nos domicílios. Segundo a ABRELPE (2021), no Brasil durante o ano de 2020 foram gerados aproximadamente 82,5 milhões de toneladas, o equivalente a 226.027.965 toneladas diárias, o que representa 1.07kg por dia de RSU por brasileiro. Sendo a região Sudeste, a maior geradora nesse montante, somando 113 mil toneladas diárias, metade do volume total medido e 460 kg/hab/ano. Em oposição a esses dados, temos a região Norte, com 328 kg/hab/ano e 4% do total gerado.

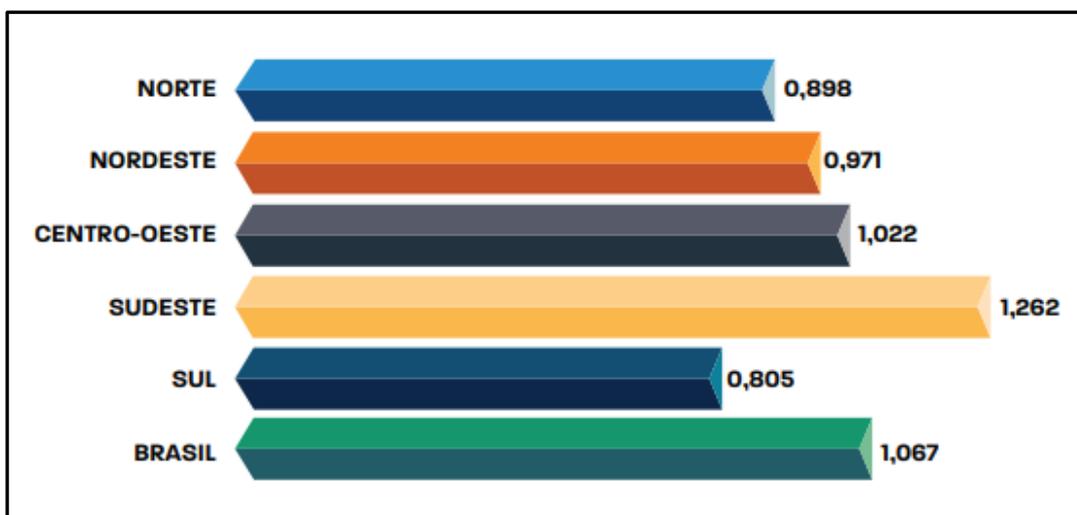
Figura 1 – Geração de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil em 2020



Fonte: ABRELPE, 2021

Podemos comparar a geração de Resíduos Sólidos Urbanos que são gerados no país em cada região (Figura 2). Como já mencionado anteriormente, o Sudeste liderando com 1,262 kg/hab/dia, seguido pelo Centro-Oeste 1,022 kg/hab/dia, Nordeste 0,971 kg/hab/dia, região Norte 0,898 kg/hab/dia, e com o menor volume de geração de RSU está a região Sul do Brasil, 0,805 kg/hab/dia.

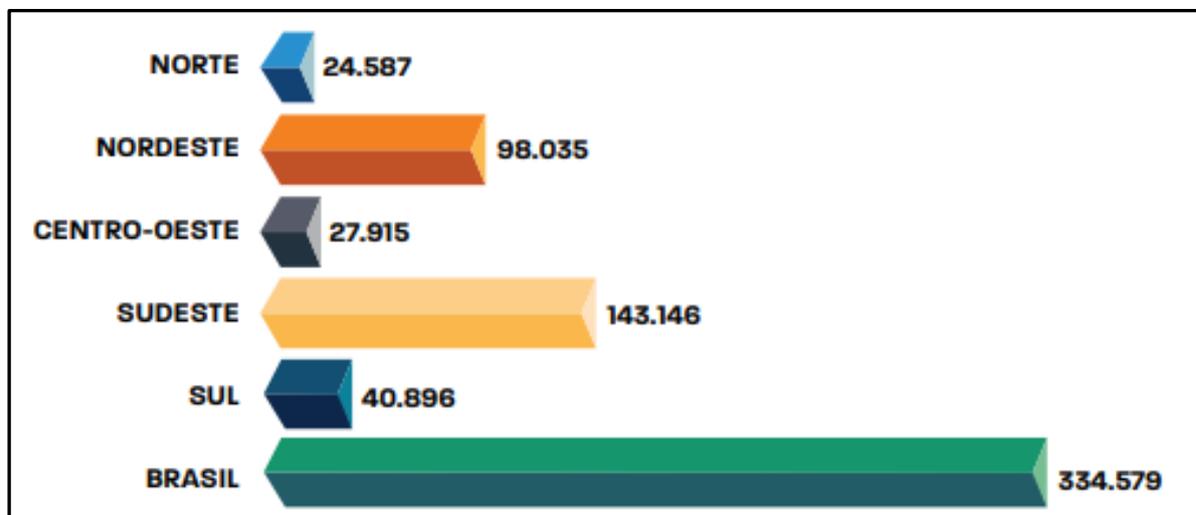
Figura 2 – Geração de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil e Regiões (KG/HAB/DIA) em 2020



Fonte: ABRELPE, 2021

Outro dado importante para análise, são os novos empregos gerados no setor de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em 2020. Foram registrados mais de 334 mil postos de trabalho. Um ponto curioso é que a região Sul, mesmo gerando o menor volume de RSU, gerou superiormente mais empregos diretos junto aos setores de limpeza urbana do que nas regiões do Norte e Centro-Oeste do país (Figura 3).

Figura 3 – Empregos diretos gerados pelo setor de limpeza urbana no Brasil e suas Regiões em 2020.



Fonte: ABRELPE, 2021

Certos de que o momento pandêmico e os momentos de reclusão foram os mais propícios para refletirmos que tipo de planeta estamos deixando para as gerações futuras. O aumento do volume gerado e coletado de RSU, foi o responsável por dar mais visibilidade junto à população. Mas ainda há muito o que se fazer, uma vez que os recursos aplicados para custeio dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos é de apenas R\$ 0,36 hab/dia.

Vale lembrar que aqui apenas mencionamos os RSU, mas ainda há outros tipos de resíduos, como resíduos de construção e demolição - RCD, resíduos de serviços de saúde - RSS e os serviços de logística reversa e reciclagem de pneus, embalagens de agrotóxicos, baterias, lâmpadas, medicamentos, entre outros.

5 CONCLUSÕES

Diante da discussão acima apresentada, a ressignificação do lixo para os movimentos sociais em rede dos catadores (as), trazem não só uma busca por rendimento econômico para subsistência, mas também uma busca por identidade de um coletivo com tamanha responsabilidade e missão social frente ao meio ambiente, fazendo com que o retorno e aproveitamento dos produtos no pós-uso, seja provedor de matéria secundária, minimizando assim, os impactos causados.

Muito ainda se tem por fazer. Além de políticas públicas com modelos de governança com efetividade na gestão dos processos, também é preciso muita consciência quanto ao consumismo exagerado e sem limites, que desencadeiam nossa própria conspiração.

REFERÊNCIAS

ABRELP- Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2021**. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 03 mai. 2022.

ANDRADE, M. G. O movimento nacional de organização dos catadores de materiais recicláveis no Brasil: um movimento em movimento. **SEMATA, Ciências Sociais e Humanidades**. ISSN 1137-9669, 2004, vol. 16: 101-113. Disponível em: https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/4576/pg_103-116_semata16.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 mai. 2022.

BEZERRA, L. Catadores de materiais recicláveis sentem impacto da pandemia na produção e no bolso em PE. **Brasil de Fato**. 14/09/2021 Recife – PE. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/14/catadores-de-materiais-reciclaveis-sentem-impacto-da-pandemia-na-producao-e-no-bolso-em-pe#:~:text=Segundo%20levantamento%20do%20Movimento%20Nacional,sendo%2070%25%20do%20g%C3%AAnero%20feminino>. Acesso em: 01 mai. 2022.

MEDEIROS, L.S. Latifúndio. In: CALDART, R.S. *et al* (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p. 447-453.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 7-25; 65-72.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória. **CADERNO CRH**. Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6wD3fTrnTjTpZDJQdGvrRzH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SILVA, R.B. O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. v. 3 n. 2, Florianópolis – Jul./Dez. – 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/882/10840>. Acesso em: 02 mai. 2022.

MNCR: O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis. **Sobre o Movimento**. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr>. Acesso em: 02 mai. 2022.

TORRES, M. R; SIMÕES, W. **Educação do Campo: por uma superação da Educação Rural no Brasil**. UFPR, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20%20%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 mai. 2022.